

PROCURADORIA GERAL

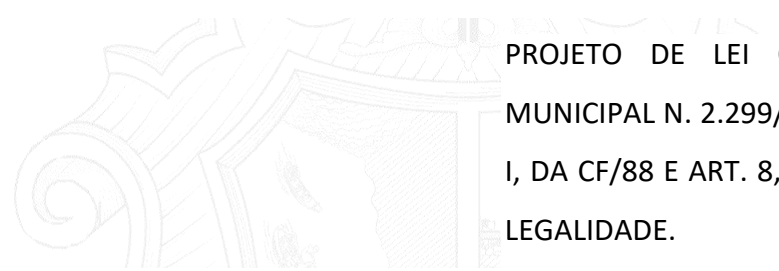
PROCURADORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI N. 264/2022

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: ALTERA LEI MUNICIPAL N 2.299/2018.

PARECER PL/CMM



PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 2.299/2018. ART. 30, INCISO I, DA CF/88 E ART. 8, INCISO I, DA LOMAN. LEGALIDADE.

Encontra-se nesta Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei, de autoria Chefe do Executivo, que altera a lei municipal n 2.299/2018.

Como é sabido, o Chefe do Executivo pode apresentar projeto de lei alterando lei municipal já existente, como ocorre no caso concreto, nos termos do art. 155, do Regimento Interno desta Casa Legislativa:

“Art. 155. O projeto de lei tem por fim regular as matérias de competência legislativa da Câmara, com a sanção do Prefeito, cabendo sua iniciativa a qualquer Vereador, à Mesa Diretora, às Comissões, aos eleitores, na forma do artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Manaus, e ao Prefeito, com as restrições constantes

das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e deste Regimento.”

Ademais, a propositura versa sobre assunto de predominante interesse local, encontrando respaldo no art. 30, inciso I, da Constituição Federal e art. 8, inciso I, da LOMAN, vejamos:

“Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

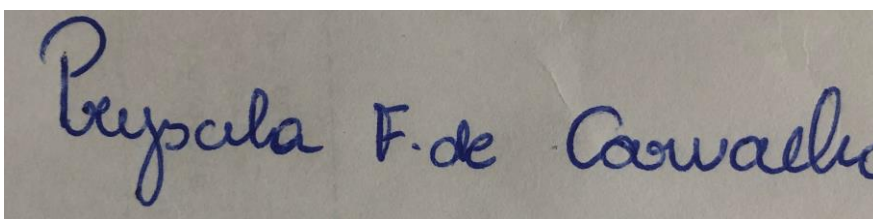
“Art. 8o. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Assim, verificamos que o projeto versa sobre assunto de predominante interesse local, estando de acordo com o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, bem como com o art. 8º, inciso I, da LOMAN, na medida em que altera lei municipal já existente.

Portanto, considerando a fundamentação acima exposta, opinamos pela legalidade do projeto.

Manaus, 04 de julho de 2022.



PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO

Procuradora da CMM